



OMR
Observatório do Meio Rural

Documento de Trabalho

Observador Rural

DESENVOLVIMENTO RURAL EM
MOÇAMBIQUE : DISCURSOS E REALIDADE.
UM ESTUDO DE CASO DO DISTRITO
PEBANE, PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA

Nelson Capaina

Nº 57

Outubro
2017

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento final.

**DESENVOLVIMENTO RURAL EM MOÇAMBIQUE: DISCURSOS E
REALIDADES.
UM ESTUDO DE CASO DO DISTRITO DE PEBANE, PROVÍNCIA DA
ZAMBÉZIA**

Nelson Capaina¹

RESUMO

Este trabalho tem como objectivo identificar as realizações e constrangimentos das famílias dentro dos processos de desenvolvimento rural. As comunidades estudadas em Pebane apresentam limitações semelhantes nas principais actividades realizadas pelas famílias locais, fundamentalmente caracterizadas pela produção agrícola e pesqueira de espécies de baixo rendimento, insuficiência de insumos, falta de capital financeiro para investir e baixo nível tecnológico.

Concluiu-se que a melhoria das condições de vida das famílias rurais passa pela adopção de políticas e estratégias que efectivamente priorizem uma intervenção integrada de promoção do desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Moçambique, Pebane, pobreza, família rural, desenvolvimento rural.

¹. Doutor em desenvolvimento rural no Departamento de Economia, Sociologia e Política Agrária, Universidade de Córdoba (UCO). Áreas de interesse de investigação: desenvolvimento rural, pobreza rural, género e desenvolvimento, política e economia agrária, política e economia ambiental.

1. INTRODUÇÃO

As preocupações com o desenvolvimento rural de Moçambique não são de hoje. Na década de quarenta o português Homero Ferrinho defendia dois grupos de métodos² de desenvolvimento para as comunidades rurais. Os métodos directos, pelos quais se buscava elevar o rendimento do indivíduo rural – onde a cooperativa e o ruralato³ deveriam ser a base de organização do africano – através de uma acção directa no campo económico ou no campo técnico, incluindo iniciativas de crédito, mecanismos de garantia e variadas formas de serviços de extensão. E os métodos indirectos – através de uma acção formativa, baseada na transmissão de conhecimentos Ocidentais às famílias rurais africanas para aderirem aos programas de desenvolvimento económico e social, tanto como produtores assim como consumidores, mas dissociada das realizações locais. Nos ruralatos, os moçambicanos praticariam a agricultura de sequeiro com custos de produção mais baixos do que nos colonatos onde estariam os colonos.

Com a independência nacional, o país avançou para um projecto que tinha a pretensão de pôr fim ao subdesenvolvimento numa década, através de processos de aldeamento e colectivização da produção rural, assim como de industrialização. Se o ruralato não foi materializado⁴, o Plano Prospectivo Indicativo mostrou que a protecção da indústria nacional tendia a baixar o preço de compra dos produtos das famílias rurais, agravando a degradação do campo⁵. A partir da segunda metade da década de 80 seguiram-se outros modelos, principalmente de cariz neoliberal, baseados na poupança e população como principais determinantes no crescimento económico⁶. Mas o desenvolvimento da maioria das famílias rurais em Moçambique não se observou.

Como consequência, nos tempos que correm, as preocupações de desenvolvimento continuam. Na última década, foi desenhado um conjunto de instrumentos envolvendo muitos actores públicos e não-governamentais. Mesmo assim, a persistência da pobreza nas zonas rurais, associada à crescente desigualdade na distribuição de recursos em termos sectoriais e regionais, continua a ser uma realidade preocupante⁷.

². De acordo com Ferrinho (1964:11), um método de desenvolvimento era o conjunto de processos racionais para alcançar o autêntico desenvolvimento ao mínimo custo possível em tempo, em bens e em esforço humano.

³. O ruralato foi um sistema de fixação encontrado pelo Estado colonial português para a concentração administrativa dos nativos africanos e que seria concebido como um passo intermédio em direcção aos aldeamentos (Negrão, 2006:86). Importa referir que nessa época o Estado português enfrentava o surgimento dos ideais de independência que surgiram após a Segunda Guerra Mundial principalmente nas colónias britânicas e francesas, realizando assim algumas mudanças relativamente aos métodos de colonização (Mosca, 2005; Negrão, op. cit.).

⁴. Somente nas décadas de 60 e 70 foram criados os aldeamentos coloniais com objectivos sobretudo militares, e com dimensões socioeconómicas, numa estratégia em que o Estado colonial pretendia conquistar simpatias da população com a introdução de algumas melhorias nas condições demográficas, sociais e económicas dos nativos, ao mesmo tempo que desenvolvia uma forma de oposição à guerrilha da FRELIMO.

⁵. Castel-Branco (1995), Mosca (2005; 1999) e Serra (1993) apresentam debates interessantes sobre surgimento, ascensão e queda do Plano Prospectivo Indicativo.

⁶. Escreve Negrão (2003) que, sob o lema “*get the prices right e os mercados internacionais serão conquistados*”, estes modelos pretendem consolidar a propriedade privada dos meios de produção e globalizar o capital. Criam que, em poucos anos, o crescimento económico aconteceria e, paulatinamente, daria lugar ao desenvolvimento onde as condições sociais dos cidadãos acabariam por melhorar.

⁷. No Relatório da Quarta Avaliação pode-se ler «*O relatório mostra também que grandes diferenças permanecem entre grupos socioeconómicos e áreas geográficas, em termos de bem-estar, tendo a tendência sido de manutenção ou mesmo crescimento dessas diferenças. Em geral, desigualdade e as diferenças espaciais*

Esta realidade tem sido objecto de debates, explorando-se enfoques e métodos alternativos para o desenvolvimento do meio rural. Este é o exercício que nos propomos fazer aqui. Para isso, primeiro, são apresentadas e debatidas as políticas, as estratégias e outros instrumentos sobre o desenvolvimento rural desenhados ou aprovados no país, com o foco para os últimos 10 anos.

Em seguida, apresenta-se uma leitura ao distrito de Pebane. Através da recolha e análise da informação de base, a mesma vai contribuir no conhecimento socioeconómico das comunidades. A evidência empírica, captada através de exercícios de levantamento nas comunidades que praticam a agricultura, a pesca e outras actividades de pequena escala, permite ter uma ideia sobre o alcance dos pressupostos teóricos. Finalmente são apresentadas algumas conclusões.

2. METODOLOGIA

Os dados aqui analisados foram retirados do questionário utilizado no âmbito do inquérito sobre o bem-estar das famílias nas comunidades de pescadores e aquacultores (IAFPA)⁸. O questionário era dirigido aos chefes dos agregados familiares, tendo sido entrevistado outro membro adulto do agregado na ausência do chefe. Foi definido o número de 150 agregados familiares (AF) como tamanho de amostra para o distrito, com base na Área de Enumeração (AE) determinada pelo INE, que contém entre 80 e 120 agregados familiares na zona rural (padrão).

Para fins do IAFPA, o tamanho mínimo de agregados familiares que cada AE deveria conter era de 50 enquanto o tamanho máximo era de 200 agregados. Assim, as AE amostrais com menos de 50 agregados eram juntadas às respectivas áreas adjacentes de forma a conseguir cumprir os critérios estabelecidos para a AE padrão. Durante a listagem, cada inquiridor seguiu uma trajectória em serpentina (*Siq-Sak*), listando os AF encontrados à esquerda da trajectória por forma a garantir uma maior dispersão geográfica da amostra de AF na AE amostral e também a garantir que cada AF tivesse probabilidade não-nula de ser seleccionado para a amostra para efeitos de determinação de coeficientes de extrapolação de cada unidade de análise e estimação.

A última etapa de amostragem foi a selecção de AF listados em cada AE, garantindo, no máximo, o critério de reposição na lista dos AF ausentes na fase da entrevista. O trabalho de inquérito no terreno foi realizado de 14 de Novembro a 19 de Dezembro de 2016, onde cada formulário foi codificado para facilitar a sua identificação e assegurar a qualidade na digitalização dos dados. Estes dados foram introduzidos no pacote informático SPSS 18.0. A análise dos dados incluiu o respectivo cruzamento com informação bibliográfica e documental, o que permite observar que as situações de desenvolvimento reportadas em alguns documentos oficiais não são sempre facilmente localizáveis.

augmentaram. Daqui decorre a necessidade imprescindível de políticas equilibradas do ponto de vista espacial, económico, infra-estrutural e social, tanto numa perspectiva do bem-estar como na perspectiva da economia política» (p. xi). MEF (2016). *Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta Avaliação*. Maputo, MEF-Direcção de Estudos Económicos e Financeiros.

⁸. Realizado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura (IDEPA) nos distritos costeiros das províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Sofala. O conteúdo deste texto é da inteira e exclusiva responsabilidade do autor, não vinculando, para qualquer efeito o IDEPA.

3. MOÇAMBIQUE E AS (SUAS) POLÍTICAS

Actualmente, em Moçambique, as preocupações sobre estratégias de redução da pobreza no meio rural passam por uma perspectiva multisectorial. No Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA I) para o período 2001-2005, o Governo entendia a pobreza numa perspectiva de crescimento económico na qual a dimensão material é a preocupação primária, sendo considerada como a incapacidade dos indivíduos de assegurarem para si e seus dependentes um conjunto de condições básicas mínimas para sua subsistência. O PARPA I apresentava, como principal objectivo de desenvolvimento, o incremento de oportunidades geradoras de renda, particularmente para o campesino, através da extensão agrária e de um melhor acesso aos mercados (GovM, 2002; GovM, 2001; MPF, 2000).

No PARPA I reconhece-se a importância de adoptar medidas a médio e longo prazo para combater a pobreza, através do acesso a activos e à possibilidade do seu uso eficiente pelos indivíduos, pelas famílias e outras instituições, particularmente nas zonas rurais. O Governo considerava que o rápido crescimento é um poderoso instrumento para a redução da pobreza a médio e longo prazo, ao mesmo tempo que aumenta as capacidades e expande as oportunidades para os pobres (GovM, 2002:682).

Em 2006, o Governo aprovou o PARPA II, com o objectivo de diminuir a incidência da pobreza de 54% para 45% no período 2006-2009⁹. O governo destacava que o PARPA II se distingue do PARPA I por incluir entre as suas prioridades uma maior integração da economia nacional e um aumento da produtividade focalizando a sua atenção no desenvolvimento com base no distrito. O PARPA II tem uma visão holística¹⁰ da pobreza. Esta passa a ser abordada como a impossibilidade, por incapacidade ou falta de oportunidades, de indivíduos, famílias e comunidades, terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade. A perspectiva do PARPA II pretende abarcar o enfoque monetário e aspectos não-monetários (GovM, 2006:8).

É evidente que a redefinição, no contexto das concepções teórico-práticas, do desenvolvimento como um aumento das oportunidades e o desenvolvimento das capacidades das pessoas, incluindo a liberdade¹¹, vai influenciar a visão sobre a pobreza em Moçambique. No PARPA II sinaliza-se que, no meio rural, a pobreza está associada ao débil desenvolvimento da agricultura, das infra-estruturas e dos mercados, o que fazia persistir a baixa disponibilidade de instituições financeiras e uma alta

⁹. Nessa época, dados oficiais mostravam que a pobreza se mantinha a níveis mais altos no meio rural que no urbano, 55,3% contra os 51,5% das zonas urbanas. Contudo, o Governo considerava que, em termos relativos, durante o período 1996-97 e 2002-2003, a redução da pobreza foi mais rápida no meio rural (decrecendo cerca de 16 pontos percentuais) que no meio urbano (onde foi de 10,5 pontos percentuais). Relativamente à profundidade da pobreza, houve uma maior redução na zona rural (cerca de 9 pontos percentuais) que na zona urbana (cerca de 7 pontos percentuais) (MPF *et al.*, 2004:20). Tal como sucedeu no período 1996-97, entre 2002-2003 foi realizado um Inquérito Nacional dos Agregados Familiares (IAF), utilizando-se os seus resultados para a elaboração do segundo relatório sobre pobreza e bem-estar em Moçambique. Veja-se também o PARPA II que indica que a meta de reduzir a pobreza de 70% em 1996-97 para 60% em 2002-2003 foi ultrapassada, em mais de 5%; pela redução da incidência da pobreza de 69,4% para 54,1%, e de 29,3% para 20,5% no que se refere à profundidade da pobreza (GovM, 2006:10).

¹⁰. O próprio Governo reconhecia, em 2004, que o enfoque seguido até então não permitia uma análise da incidência da pobreza dentro da família. Quer dizer, não permitia identificar dinâmicas na distribuição dos recursos e sua utilização por cada membro da família, processos de tomada de decisão, relações de género e as necessidades em termos, não somente do sexo, mas também de idade (MPF *et al.*, 2004:3-6).

¹¹. Com abordagens desenvolvidas por Amartya Sen e Martha Nussbaum e adoptadas internacionalmente por instituições das Nações Unidas.

vulnerabilidade das famílias (GovM, 2006:10). O Governo focalizava a sua orientação em três pilares: a governação, o capital humano, e o desenvolvimento económico. Conectados entre si, considerava-se que permitem focalizar a atenção nas funções da organização social do Estado, no desenvolvimento das capacidades individuais e na criação de riqueza para melhorar o bem-estar, particularmente, dos pobres.

O pilar da governação pretendia converter o aparelho estatal num incentivo ao desenvolvimento de capital humano e da economia. O pilar do capital humano está na linha do desenvolvimento das capacidades técnicas, do bem-estar sanitário e de saúde, e do acesso aos recursos básicos, por parte do indivíduo. O pilar do desenvolvimento económico concentrava-se nas condições básicas para a actividade produtiva, como a melhoria das infra-estruturas que promovam a geração de riqueza e garantam a disponibilidade dos recursos naturais, a redução dos procedimentos burocráticos, e o estabelecimento da legislação que garanta os direitos dos cidadãos e incentive o aumento da produtividade e inovação.

No PARPA II indica-se que o desenvolvimento rural¹² pretende assegurar um activo e directo envolvimento das famílias rurais pobres no rápido crescimento da economia nacional e garantir que a economia agrária vai directamente contribuir para a redução da pobreza no país. Com este cenário de fundo, estabelece-se que, para tal, existem cinco factores determinantes: *i*) interdependência entre as comunidades rurais, as áreas rurais e o mercado global; *ii*) o padrão de vida da família rural depende da complexa relação entre a produção familiar e o trabalho assalariado; *iii*) os agregados rurais pobres somente conseguirão romper o ciclo da pobreza se contribuírem e se beneficiarem do crescimento económico nacional; *iv*) o ritmo deste desenvolvimento depende directamente do nível de investimento concentrado no fomento do capital rural (humano, financeiro, comercial, intelectual e social); e *v*) o investimento público deve priorizar o desenvolvimento da capacidade produtiva rural, infra-estruturas e serviços básicos e institucionais (GovM, 2006:69).

O PARPA II destaca a coordenação intersectorial, uma maior harmonização de actividades e acções – realizadas pelas entidades estatais, privadas e os actores da sociedade civil, ou pelas comunidades rurais e outros actores – voltadas para o desenvolvimento rural, buscando assim um desenvolvimento integrado e sustentável na totalidade do território nacional. Resgatando os objectivos e acções para o desenvolvimento rural preconizados na segunda metade dos anos 90¹³, o PARPA II indica aqueles que considera serem os principais desafios para tal desiderato: *i*) definição de políticas e estratégias; *ii*) reforço do papel dos organismos do Estado na coordenação das acções intersectoriais; *iii*) promoção dos serviços financeiros adequados a iniciativas locais; *iv*) fortalecimento de organizações de base local e/ou comunitária e promoção da comunicação; *v*) desenvolvimento de mercados rurais; e *vi*) maior participação comunitária.

¹². O PARPA II mantém as prioridades sobre o desenvolvimento rural apresentadas no PARPA I.

¹³. Com o cenário que se vivia no meio rural, o programa governamental do quinquénio 1995-1999 atribuiu prioridade ao desenvolvimento rural como forma de normalizar a vida da população rural (GovM, 1995). Para o Governo, a intervenção estatal na promoção do desenvolvimento rural baseava-se no fomento da participação comunitária na coordenação de intervenções de apoio e na promoção da descentralização na tomada de decisões (GovM, 1998). Na época, o Governo apresentava como objectivo central a redução da pobreza, em particular para o meio rural, destacando a necessidade de criar condições que permitissem uma vida mais estável para o camponês e evitar ao máximo o seu êxodo para as cidades (GovM, 2000; GovM, 1998; GovM, 1995). Nessa preocupação se destaca a necessidade de promover actividades agrícolas, não-agrícolas e outras acções que contribuam para a melhoria dos rendimentos do camponês.

Fazendo eco do plasmado no programa quinquenal 2005-2009 (GovM, 2005), o PARPA II (GovM, 2006:70) prossegue os seguintes objectivos para o meio rural: *i*) promover políticas que freiem o êxodo rural, resultante da falta de oportunidades locais, que permitam aos camponeses melhorar suas condições e padrões de vida; *ii*) contribuir para o crescimento económico rápido e inclusivo; *iii*) alterar o padrão de acumulação de capital na economia nacional; e *iv*) romper o ciclo de pobreza rural, através da melhoria da produtividade, competitividade, eficiência e qualidade do capital humano.

Em 2007, o Governo apresentou a Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR), que parece ter como base os conteúdos dos documentos de 1998 e 2000¹⁴. Na EDR estabelece-se que «o desenvolvimento rural é o processo de melhoria das condições de vida, trabalho, ócio e bem-estar dos que habitam nas áreas rurais». Defende que o termo desenvolvimento rural inclui uma acção premeditada de indução de mudanças num ambiente rural determinado; e que, nesse ambiente, o Estado actua como agente fundamental, tendo como principal objectivo a melhoria do bem-estar das populações rurais. Destaca-se que o desenvolvimento rural significa a transformação da composição da estrutura social, económica, política, cultural e ambiental do meio rural. Trata-se de um processo de mudanças a longo prazo, repleto de conflitos e compromissos que obrigam a complexas opções, muitas das quais mutuamente excludentes e que requerem decisões selectivas (MPD, 2007:4).

Pretendendo fazer uma análise mais detalhada do meio rural nacional, a EDR apresenta preocupações sobre a mobilidade e o êxodo dos camponeses, força de trabalho e tecnologias obsoletas, escassez de poupança interna e de crédito, o carácter dualista da economia rural e o perverso comportamento dos mercados, e as fortes assimetrias rural-urbanas, como alguns dos aspectos com importantes implicações para o presente e o futuro das dinâmicas rurais.

Na EDR defendem-se estratégias baseadas em especificidades regionais, que não buscam obsessivamente a transformação da economia de subsistência numa economia dinâmica e moderna, mas, sim, buscam acelerar a taxa de incremento da produtividade compatível com o crescimento de todos os sectores da economia rumo à modernidade (MPD, 2007:12). Preocupa-se com os processos de aumento das oportunidades dos camponeses e da sua inserção estrutural no sistema global. Refere-se, por exemplo, à necessidade de alterar o padrão de acumulação de capital financeiro e produtivo na família rural (*op. cit.*, 18-19).

A EDR apresenta cinco objectivos: 1) aumento da competitividade, produtividade e acumulação de riqueza rural; 2) gestão produtiva e sustentável dos recursos naturais e do meio ambiente; 3) expansão do capital humano, inovação e tecnologia; 4) diversificação e eficiência do capital social, de infra-estruturas e institucional; e 5) boa governação e orientação para o mercado. Portanto, segundo a EDR, para um desenvolvimento rural adequado, o investimento deve incluir o capital financeiro, comercial, uma melhor participação comunitária, a descentralização na tomada de decisões, e a responsabilidade individual e colectiva a todos os níveis.

Considerando a heterogeneidade dos distritos do país e a definição destes como sendo a unidade de planificação, na EDR defende-se a adequação da estrutura orgânica de cada distrito às características socioeconómicas, culturais, administrativas, de recursos naturais e humanos diferenciadas para que os governos locais respondam aos desafios de prestação de serviços essenciais à sua população,

¹⁴. Respectivamente, os documentos *As linhas gerais para o desenvolvimento rural e mecanismos de coordenação inter-sectorial em Moçambique* (1998); e, *Abordagem do desenvolvimento rural em Moçambique* (2000).

acrescentando que é importante que cada distrito tenha capacidades em termos de recursos humanos, materiais e financeiros (MPD, 2007).

Em 2011 foi aprovado o Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) para o período 2011-2014. Nele se refere à produção agrícola e pesqueira, em particular a familiar, como sendo crucial para a segurança alimentar e nutricional e o bem-estar da população. Reconhece que estes sectores têm um grande potencial produtivo, mas que, até então, a sua produção e produtividade ainda eram muito baixas. E que a fraca comercialização de produtos agrários e pesqueiros constituía o principal desincentivo à intensificação da produção no campo, o que limitava o crescimento da renda média dos agregados familiares (GovM, 2011).

No leque de desafios, neste PARP, o governo avança (GovM, 2011:14): *(i)* aumentar o acesso aos factores de produção, com maior destaque para a disponibilização de tecnologias adequadas, insumos de qualidade e otimizar e aproveitar a água para a agricultura; *(ii)* melhorar o acesso aos mercados que, por sua vez, passa por melhorar a rede de infra-estruturas, do manuseamento pós-colheita e pós-captura, principalmente no que concerne ao armazenamento, conservação e processamento dos produtos, pelo acesso a informações sobre mercados e preços, e o envolvimento do sector bancário através do melhor acesso dos produtores das zonas rurais aos serviços financeiros, créditos e seguros; *(iii)* tornar os investimentos em infra-estruturas e serviços necessários mais harmonizados e que gravitem em torno da redução dos custos de transacção de modo a incentivar a participação do sector familiar no mercado; *(iv)* melhorar a gestão sustentável dos recursos naturais, melhorar o processo de administração pesqueira e de terras, reduzir as queimadas descontroladas e a captura excessiva de recursos marinhos, o corte ilegal e o consumo excessivo de energia lenhosa; e *(v)* garantir o maneio dos solos, a redução da vulnerabilidade às calamidades naturais, o aumento da cobertura e qualidade dos serviços de extensão agrária e pesqueira, e da promoção do desenvolvimento da pesca artesanal e aquacultura familiar.

Finalmente, no PARP menciona-se que os desafios se centram na transformação da estrutura de produção e de produtividade económica e suas ligações, com enfoque no desenvolvimento económico e bem-estar das populações. Esta transformação compreende o desenvolvimento rural que abrange as áreas anteriores, com destaque para o subsector familiar, de modo a torná-las mais produtivas, fortalecendo o mercado doméstico e facilitando a integração deste subsector na economia nacional (GovM, 2011).

4. PRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.1. Caracterização geral do Distrito

O distrito de Pebane localiza-se a nordeste da província da Zambézia, cobrindo uma superfície de cerca de 10.182 km². Faz fronteira a norte com os distritos de Gilé e Ile, através do rio Nakololo, é banhado a sul pelo Oceano Indico, a oeste pelo distrito de Mocubela, através do rio Muniga e a este pelo distrito de Moma através do rio Ligonha. Pebane divide-se em três postos administrativos, nomeadamente Pebane-sede, Mulela e Naburi, com catorze localidades. O censo populacional de 2007 indicava uma população de 185.333 habitantes, com uma densidade populacional de cerca de

18,20 habitantes por km². Já as projecções estatísticas de 2012¹⁵ indicam uma população de cerca de 210.793, numa densidade de 20,7 habitantes por km².

A composição por sexo é de 103.939 homens e 106.854 mulheres. Quanto à estrutura etária, cerca de 47,2% da população tem menos de 15 anos de idade. A população pertence ao grupo etnocultural Emakhua, nas variantes Emuniga, no litoral, e Elomwe, no interior. Pebane é composto por duas regiões: a do litoral e a do interior, com um único ambiente físico - o rural. Com essa matriz rural fortemente acentuada, as fontes de energia mais utilizadas pelas famílias são a lenha e as pilhas usadas em pequenas lanternas de iluminação caseira, mas a vila do distrito, dos postos administrativos e algumas localidades estão ligadas à rede eléctrica nacional.

O tamanho médio das famílias inquiridas é de 5,8 indivíduos¹⁶. Por grupo etário dos chefes dos agregados familiares, pode-se constatar que a maior parte (44%) se situa entre os 30 e 44 anos. O nível de analfabetismo entre a população economicamente activa (com 15 ou mais anos de idade) era de 53,8% (INE, 2012). A escolaridade, expressa em termos de número de anos de frequência escolar de todos os membros do AF inquirido, é preocupante, com 37% dos inquiridos afirmando ter todos membros do respectivo AF analfabetos e 17% dos inquiridos afirmando que os membros do seu AF frequentaram até à 2ª classe.

Tal como em muitas sociedades rurais de Moçambique, em Pebane a língua funciona como um importante veículo de valores e normas culturais locais, sendo, por isso, um importante parâmetro para o fortalecimento da coesão social. Falar Emakhua, nas duas variantes anteriormente mencionadas, nas comunidades locais leva o indivíduo a ser identificado como o "nosso" em oposição a um "anamara"¹⁷, com potenciais impactos na coesão social e nas iniciativas de participação comunitária. Segundo os entrevistados (100%), a língua mais usada para as relações quotidianas é o Emakhua, tendo 22% afirmado ter conhecimentos da língua portuguesa.

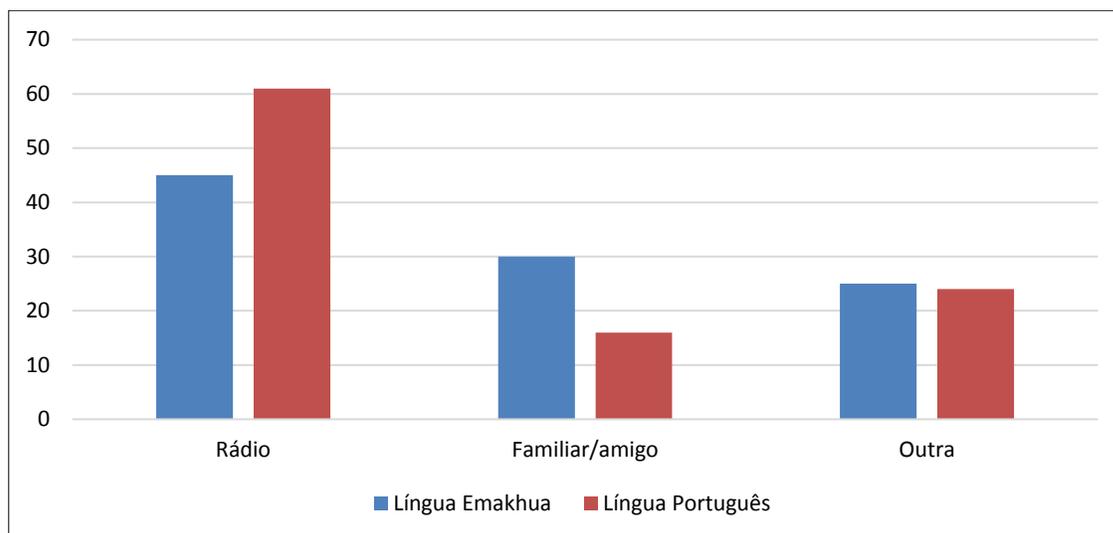
Existe uma relação entre a língua de comunicação e o acesso a informação. O gráfico abaixo parece mostrar um ligeiro equilíbrio no acesso a informação a partir de diferentes fontes. Deve-se destacar que **outras** inclui fontes como as instituições públicas e políticas, e ONG. O valor mais baixo foi de 15% dos inquiridos que falam a língua portuguesa e dizem obter informações dos familiares e amigos. Mas os que falam português têm um potencial para aceder à informação oficial e são os primeiros a ser contactados pelos actores exógenos; acabando por ser fonte de informação para as outras pessoas da aldeia. Em principio, os que não sabem falar português ficam excluídos.

¹⁵. Instituto Nacional de Estatísticas (2012). Estatísticas Distritais (Estatísticas do distrito de Pebane). Maputo, INE.

¹⁶. Acima da média da província (4,5) segundo o INE (2009).

¹⁷. Um 'viente', aquele que vem, que não é daqui.

Gráfico 1. Fonte de informação mais importante para os AF inquiridos, segundo a língua usada (Emakhua e Portuguesa)



Fonte: Dados do inquérito

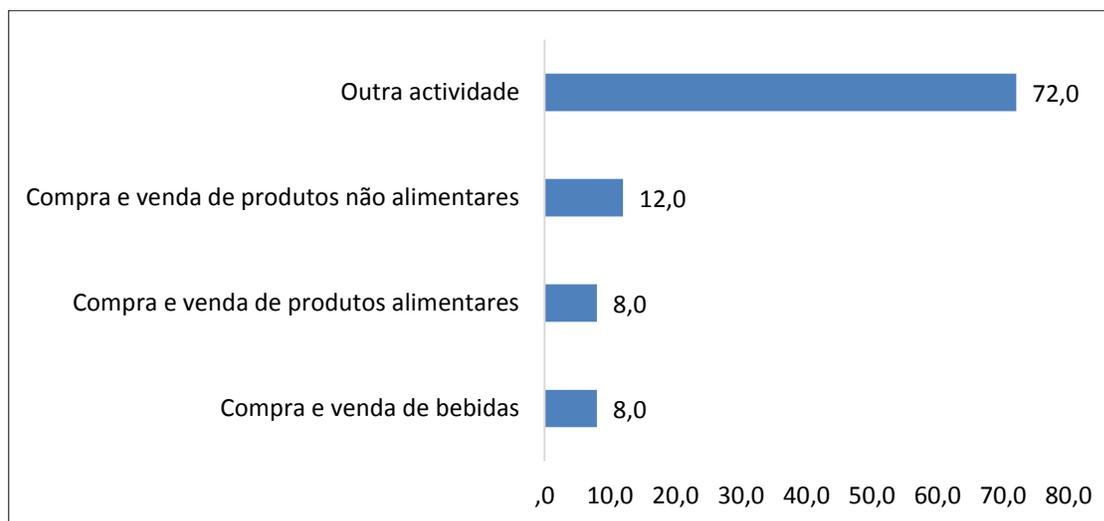
4.2. Economia das famílias

A economia de Pebane assenta na agricultura e pesca de pequena escala. Tal como em outras regiões rurais do país, a maioria das famílias (79% dos inquiridos) que pratica estas duas actividades também está envolvida em outras actividades, com destaque para o comércio informal de bens de primeira necessidade. A rede comercial é composta de cantinas e barracas¹⁸, nos mercados e feiras rurais localizados nas localidades e principais vias de comunicação que ligam os povoados.

Para além das actividades directamente ligadas à agricultura e pesca, o inquérito procurou saber sobre a participação dos AF em outras actividades (gráfico 2). De forma agregada, a comercialização aparece como a actividade mais comum. A elevada expressão percentual (72,0%) de **outra actividade** explica-se pela forma como a informação foi recolhida no questionário (referindo apenas outras actividades praticadas pelos membros do AF), o que claramente influenciou a percentagem final. Sobre a forma de pagamento, as modalidades variam entre salário em dinheiro (84,6%), parte da produção total (11,5%) e uma parte insignificante (3,8%) que recebe ambos (dinheiro e parte da produção).

¹⁸. Cerca de 21 cantinas e 310 barracas (GdP, 2016).

Gráfico 2. Actividades realizadas pelos agregados familiares que não se dedicam exclusivamente à agricultura e pesca



Fonte: Dados do inquérito

Regra geral, todas as actividades dos AF inquiridos têm como suporte a mão-de-obra familiar, sem especialização alguma. Estando na linha da explicação de Chayanov (1991; 1979), que refere que a produção da família rural está essencialmente baseada nesta unidade doméstica.

Agricultura

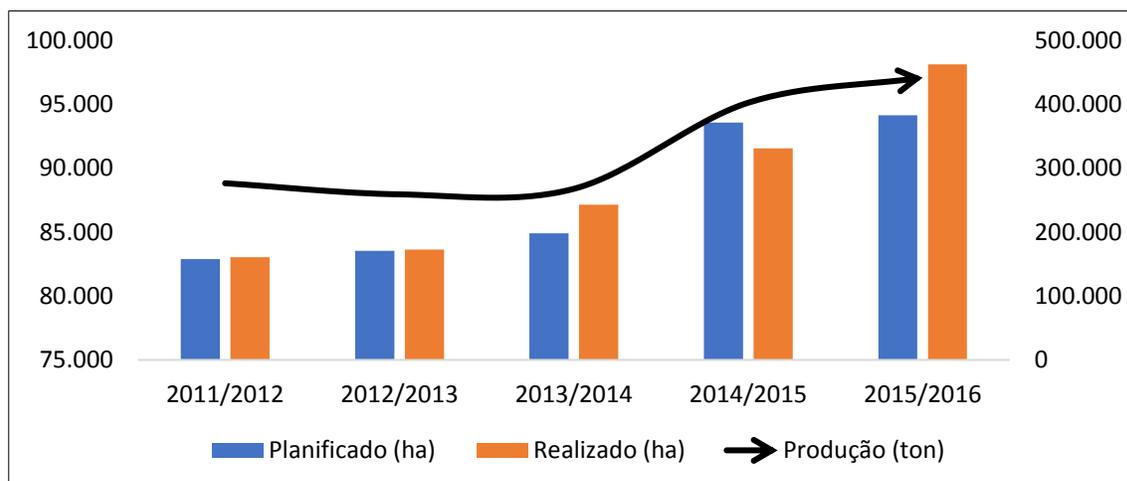
Dados do Governo local (GdP, 2012)¹⁹ referem que a agricultura absorve cerca de 90% das famílias locais com destaque para as zonas do interior, nomeadamente Txalane, Murudo, Mavelo, Mogomane e Nicile – no posto administrativo de Naburi – Sacane, Nabala, Nacurugo; Mujuaine, Nipamo e Ribaué – posto administrativo de Mulela – e Mujode, Milapacodo, Alto-Nacobe, Naminamine e Napigrisse – no posto administrativo Pebane-sede. A pluviosidade regular e alguma fertilidade dos solos são condições que conferem a este território potencial agrícola.

Os informes anuais governamentais²⁰ avançam para um sucessivo crescimento das áreas cultivadas, aumentando de 83.032 hectares na campanha agrícola 2011/2012 para 98.135 hectares em 2015/2016. Este mesmo crescimento também é reportado sobre a produção alcançada, indicando-se que das 276.454 toneladas da campanha 2011/2012, o distrito chegou às 441.740 toneladas na campanha agrícola 2015/2016 (gráfico 3), ou seja, durante o período em referência, a produção teve um crescimento médio de 18,8%.

¹⁹. Governo do Distrito de Pebane. *Balanço da Execução do Plano Económico e Social*. Pebane, 2012.

²⁰. Governo do Distrito de Pebane. *Balanço da Execução do Plano Económico e Social*. Memba, 2013; 2014; 2015; 2016; 2017. Daqui em diante, todos estes documentos serão referidos como GdP (vários anos).

Gráfico 3. Produção agrícola

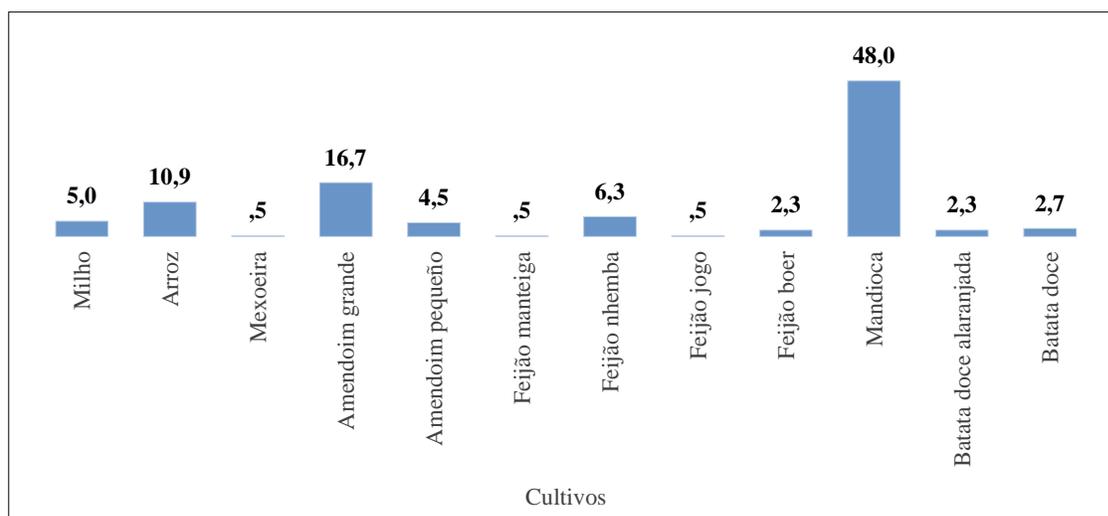


Fonte: Governo de Pebane (vários anos)

Todavia, na percepção dos inquiridos, a actividade agrícola não tem mostrado os resultados oficialmente apresentados, tendo estes afirmado que a produção não tem melhorado nos últimos 5 anos. As famílias que praticam a agricultura têm, em média, 1,5 machambas. E estas têm em média uma dimensão de 1 ha. Mas segundo os dados do inquérito, na última campanha agrícola (2015/2016), o tamanho médio do espaço cultivado por família foi de 0,5 ha.

Os sistemas de cultivo podem ser de monoculturas de mandioca, milho, arroz, amendoim e feijão, mas também se realiza a consociação de variedades de mandioca e feijão, mandioca e amendoim, mandioca e milho, milho e feijão. No que diz respeito aos cultivos da última campanha (2015/16), o gráfico 4 mostra que a maioria dos inquiridos (48%) produziu a mandioca; amendoim (21,2%), arroz (10%), feijões (8,1%), o milho (5%) e a batata-doce (5%). Importa referir que o predomínio da mandioca não constitui novidade, pois é a base de alimentação da população local.

Gráfico 4. Cultivos praticados segundo os AF (em %) na última campanha agrícola



Fonte: Dados do inquérito

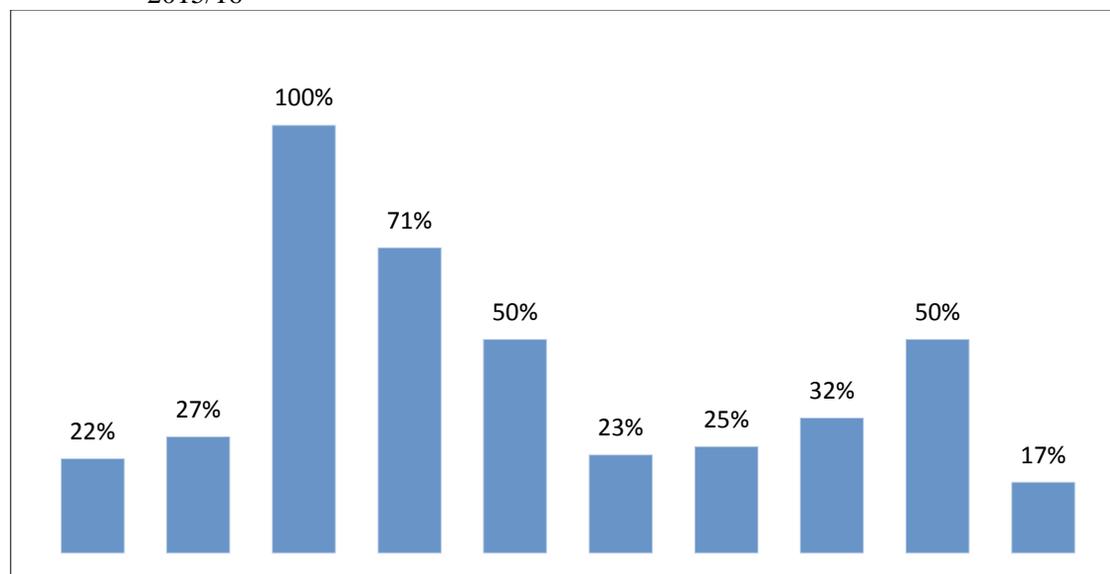
Contudo, embora haja disponibilidade de terra arável, a agricultura em Pebane é realizada de forma rudimentar, com recurso à enxada de cabo curto (o instrumento utilizado por todos os inquiridos), sem mecanização, limitando o aumento da produção, mas garantindo o consumo e algum rendimento para as famílias. Relativamente ao destino conferido à produção, 36,8% dos inquiridos afirmou ter vendido e 61,7% afirmou não ter comercializado. O padrão de produção utilizado é, assim, acompanhado por uma reduzida integração nos mercados.

O processamento dos cultivos é realizado, maioritariamente, à mão com recurso ao pilão e peneiras. Relativamente à divisão de tarefas na agricultura, todo o ciclo produtivo é da responsabilidade das mulheres que, em alguns casos, têm ajuda das filhas ou filhos (alguns em períodos de férias escolares). Muitas dessas pessoas têm de efectuar, elas mesmas, todo o trabalho na machamba, sem recursos financeiros suficientes para recrutamento de mão-de-obra, permanente ou temporária.

Os indivíduos, entre os 15 e os 44 anos de idade, começam a afastar-se da actividade agrícola, considerando não existirem condições na actualidade para a prática desta actividade. Dos jovens inquiridos, somente 10% afirma produzir para comercializar, 72,5% afirma produzir para o consumo familiar e 15% diz não ter machambas. Os que não têm machambas ou que produzem para o consumo familiar referem que não participam em actividades de comercialização agrícola e apresentam as seguintes condições necessárias para entrar na produção agrícola comercial: existência de crédito, mercados, vias de acesso, insumos e preços favoráveis ao produtor.

A comercialização dos produtos agrícolas é baixa. Embora a mandioca tenha sido a cultura mais produzida, 100% dos inquiridos que declarou ter vendido toda a mexoeira que produziu, seguindo-se o amendoim grande (71%), amendoim pequeno (50%) e batata-doce (50%). Somente 32% das famílias inquiridas vendeu a mandioca, 27% o arroz, 25% o feijão bóer e 22% vendeu o arroz (gráfico 5). A comercialização destes produtos pode estar relacionada com a função alimentar que eles desempenham nas zonas do litoral e interior da região.

Gráfico 5. AF (em %) que declaram ter vendido os seguintes cultivos na campanha agrícola de 2015/16



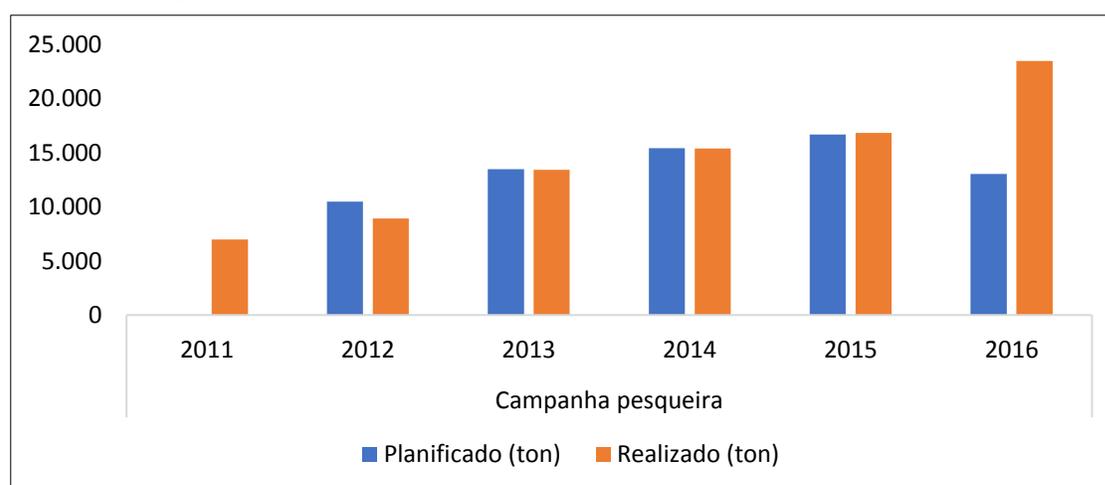
Fonte: Dados do inquérito

Este padrão de comercialização pode ser consequência da baixa produção, da baixa procura dos produtos e das más condições da rede viária e infra-estruturas de transportes e comunicações. Por exemplo, relativamente à mandioca, o seu baixo valor comercial, grande volume e consequentes altos custos de transporte, são alguns factores que inibem a sua entrada na transacção de longa distância. E nestes cenários, observados em Pebane, estamos perante um ciclo vicioso, que conduz à estagnação da produção da família rural.

Pesca

Outra actividade tradicionalmente praticada pelas famílias e com importância socioeconómica é a pesca. À semelhança da agricultura, ela é realizada em padrões artesanais ao longo de toda a zona costeira, estando envolvidos, maioritariamente, os homens com ou sem embarcações. Dados oficiais (GdP, vários anos) referem um crescimento da produção pesqueira em Pebane nos últimos 5 anos (gráfico 6).

Gráfico 6. Captura Pesqueira



Fonte: Governo de Pebane (vários anos)

Em 2016, a produção foi 23.502 toneladas, contra uma previsão inicial de 13.041 toneladas, tendo superado em mais de 75% a meta planificada para a referida campanha. Olhando para os dados, a produção de 2016 apresenta um crescimento de 91% relativamente ao ano 2015. A composição das capturas tem sido dominada pelo peixe papahi (*tryssa vitrirostris* e *tryssa setrirostris*), seguindo-se a corvina (*otholites ruber*). Também ocorre a captura de caranguejo de mangal (*scylla serrata*), moluscos e lagosta de rocha (*panulirus*) e outros vertebrados (peixes).

A pesca em Pebane é sobretudo de subsistência e realizada por homens em canoas ou embarcações movidas, na sua maioria, por velas ou remo. As artes utilizadas são o arrasto para praia, emalhe de fundo e de superfície, a linha-de-mão, palangre e quinia. Encontramos unidades de pesca (UP) que realizam a pesca em mar aberto, utilizando artes como emalhe de superfície ou de fundo e o palangre.

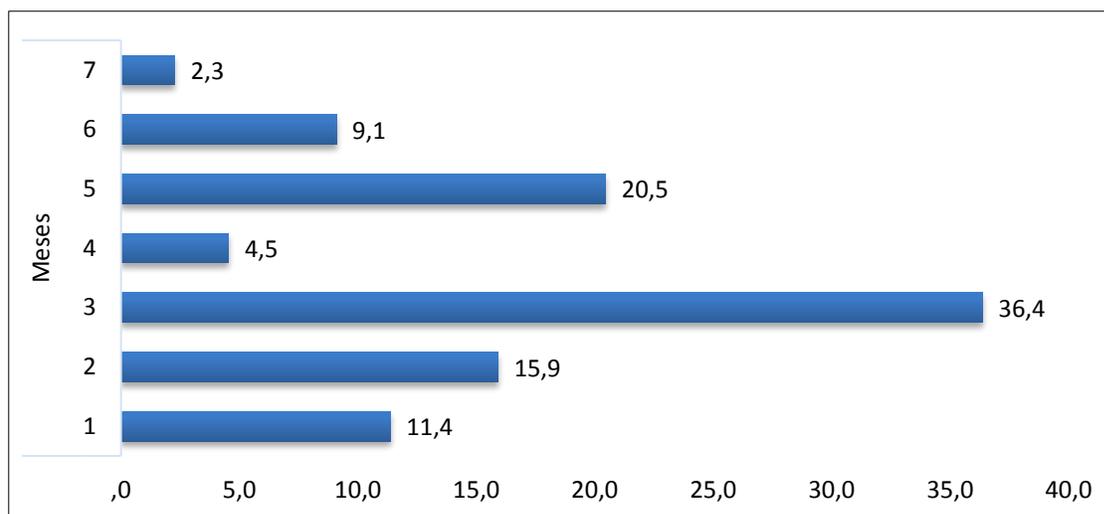
As UP com força de trabalho mais significativa têm entre 4 a 7 tripulantes permanentes (a mão-de-obra eventual depende das necessidades verificadas no momento, principalmente relacionadas com a recolha, selecção e transporte do pescado). Isto ocorre nas UP que utilizam a arte de arrasto para praia e emalhe (fundo e superfície). Relativamente ao padrão de distribuição dos membros do AF com

capacidade para trabalhar na actividade de extracção (captura), 91% afirmaram que são os homens que a realizam contra 9% das mulheres. Estas estão envolvidas na recolha de ameijoas e holotúrias e realizam a pesca com quinia durante a maré vazante.

A actividade de pesca é praticada com maior intensidade entre 4 a 5 meses durante o ano. Poucos inquiridos (2,3%) afirmaram praticar a pesca durante mais de 6 meses (gráfico 7). Estes dados podem levar a uma outra leitura, nomeadamente, a algumas causas por detrás desta realidade. Trata-se da insuficiência das UP utilizadas pelas famílias, principalmente no que diz respeito às embarcações e artes de pesca.

Por um lado, as embarcações usadas são pequenas, com meios de propulsão (remo, vela) inadequados, limitando a possibilidade de acesso a zonas de pesca favoráveis; e, por outro lado, as artes de pesca já estão excessivamente usadas, passando grande parte do tempo em reparação. Estes aspectos influenciam a captura de pescado de qualidade e em quantidade.

Gráfico 7. Tempo dedicado à pesca pelos inquiridos



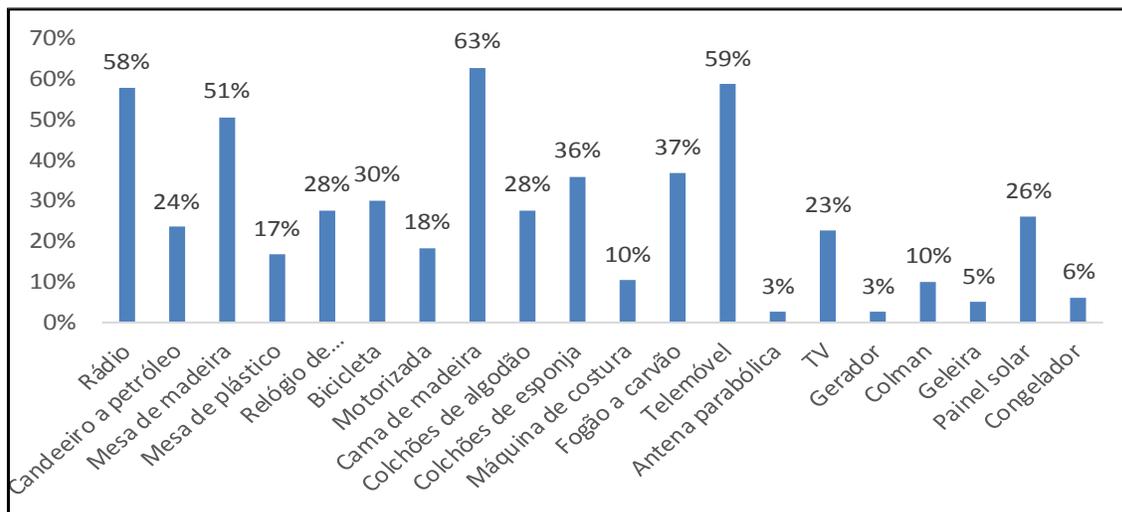
Fonte: Dados do inquérito

No que diz respeito às capturas, nos meses de maior produção, 72,3% dos entrevistados afirmou ter uma produção mensal de até 1.500 kg mensais de pescado., 8,5% capturam entre 2.000 a 2.500 kg mensais e 4,3% disse capturar entre 2.500 a 3.000Kg. Contudo, estas produções observam-se, como vimos antes, entre 4 a 5 meses. O que quer dizer que os pescadores passam mais da metade do ano com baixas capturas e rendimentos.

4.3. Bem-estar da família

Relativamente à posse de bens de consumo, constata-se que os bens de acesso mais generalizados são a cama de madeira (63% dos inquiridos), o telemóvel (59%) e o rádio (58%). Uma reduzida percentagem referiu possuir geleira (5%), seguindo-se antena parabólica (3%) e gerador para produção de corrente eléctrica (3%).

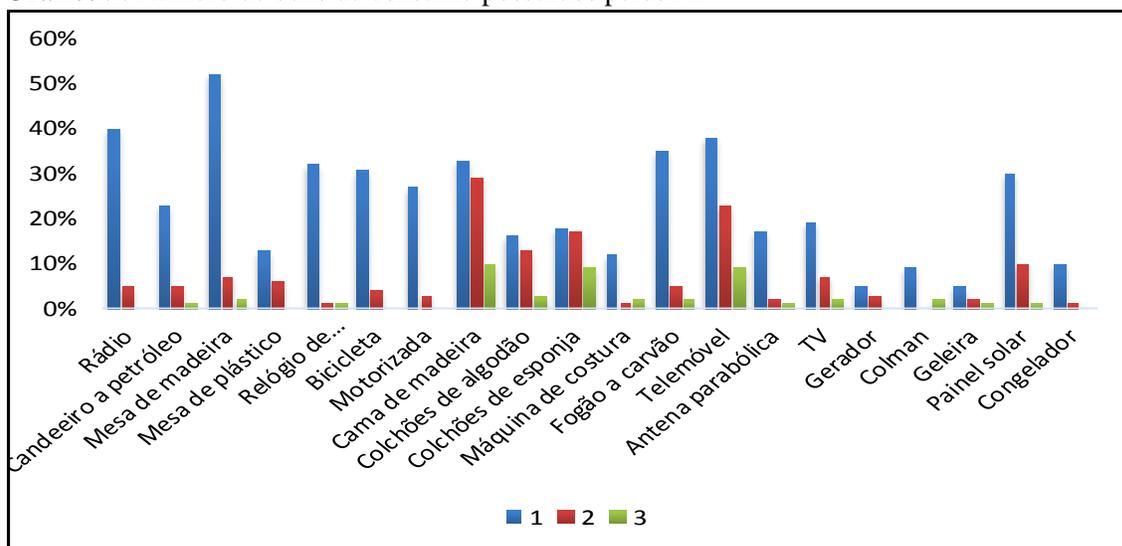
Gráfico 8. Posse de bens de consumo pelos AF



Fonte: Dados do inquérito

Relativamente ao número de bens possuídos pelos AF, geralmente possuem um ou dois (gráfico 9). Ainda assim, 68% dos inquiridos tem um desses bens em funcionamento e 20% tem os dois bens operacionais. Relativamente ao período de aquisição, 25% dos inquiridos respondeu ter adquirido, nos últimos 12 meses, pelo menos um dos bens que possui, contra 75% que diz não ter adquirido algum bem.

Gráfico 9. Número de bens de consumo possuídos pelos AF



Fonte: Dados do inquérito

A maioria das habitações dos inquiridos é construída com paredes de blocos de adobe (59,7%), seguindo-se as de paus maticados (26,9%). Quanto à cobertura predomina o capim/folhas de palmeira (77,3%) e chapas de zinco (22,7%). O pavimento é predominantemente de terra batida (68,1%) e

cimentado (19,3%). Não deixam de chamar atenção as habitações com o pavimento sem revestimento algum (12,6%).

No que diz respeito à fonte de energia doméstica, segundo a percentagem dos inquiridos (quadro 1), a lenha (67,2%) e o carvão vegetal (28,6%) predominam como fontes de energia doméstica utilizadas para confeccionar os alimentos e outras utilidades da cozinha. Para iluminação, 40,3% das famílias usa pilhas, 18,5% usa a bateria, 16,8% a energia eléctrica (a maior parte residindo na vila de Pebane e nas sedes dos postos administrativos) e 15,1% das famílias usa energia solar.

Quadro 1. AF por fonte de energia utilizada

Principais Fontes de energia utilizadas			
Iluminação	%	Cozinhar	%
Petróleo/Parafina	7,6	Petróleo/Parafina	8
Rede de Electricidade	16,8	Carvão vegetal	28,6
Painel solar	15,1	Gás	8
Bateria	18,5	Restos de vegetais/serradura	8
Lenha	8	Lenha	67,2
Pilha	40,3	Outra	1,7
Outra	8		

Fonte: Dados do inquérito

Deve destacar-se o uso da lenha e carvão vegetal que não deixa de chamar atenção para potenciais situações de ocorrência de fenómenos relacionados com o uso de recursos florestais. De forma agregada, também, na iluminação deve destacar-se as fontes alternativas (pilhas, baterias e painel solar) traduzidas no uso de pequenas lanternas que praticamente substituíram as lamparinas alimentadas por petróleo.

Relativamente às condições de saneamento, 39,5% das famílias inquiridas declarou que usa latrina tradicional melhorada, igual número (39,5%) não tem nenhum sistema de saneamento, realizando as suas necessidades maiores ao ar livre, algumas vezes usando a enxada para enterrar, 12,6% usa latrina melhorada, 4,2% usa casa de banho com fossa séptica e 3,4% usa latrina não melhorada.

O abastecimento de água para o consumo humano é realizado a partir de poços tradicionais não protegidos (31,9%), seguindo-se poços protegidos com bomba manual (28,6%) e poços protegidos sem bomba (26,1%). 10% das famílias usa água canalizada em casa ou fontenário público (estas famílias encontram-se na vila de Pebane). Relativamente ao tempo percorrido para/e da fonte, grande parte das famílias inquiridas (89%) afirmou percorrer menos de 15 minutos para a fonte que normalmente usa.

Apesar das distâncias relativamente curtas, o tempo de espera na busca de água ocupa parte considerável do quotidiano das famílias, principalmente das mulheres, jovens e crianças. Para as primeiras, significa reduzir o seu tempo de trabalho em outras actividades. Para os jovens e crianças – principalmente as raparigas – em idade escolar, esta actividade pode estar em conflito com actividades de aprendizagem, reduzindo as oportunidades de desenvolvimento no futuro²¹.

4.4. Capital e poupança

Como vimos no ponto sobre a posse de bens, quase todas as famílias têm, pelo menos, um instrumento de produção – enxada, arte de pesca, barco, congelador, bicicleta ou motorizada²² – o que reflecte a importância da actividade (agricultura, pesca ou comércio) e a “especialização” do agregado familiar no ramo, constituindo assim a sua fonte de rendimento.

Alguns bens são utilizados como instrumentos de trabalho e contribuem para a obtenção dos rendimentos da família que, por sua vez, os usa como capital ou os consome na aquisição de bens de lazer ou prestígio. Assim sendo, importa saber como a família em Pebane consegue o capital financeiro para fazer face as despesas das suas actividades.

Finanças

Um dos factores directamente relacionado com a produção da família rural tem sido o capital financeiro. Estudos feitos em outras paragens africanas (Engelhard, 2003; Musemwa *et al.*, 2007; Oya e Santamaria, 2007) e, no caso particular de Moçambique (Mosca, 2005; Negrão, s/d), têm revelado a problemática da insuficiência do capital para a produção agrária.

Por sua vez, a composição das unidades de produção – composição da força de trabalho e equipamentos utilizados – pode estar correlacionada com o rendimento total proveniente da actividade realizada pela família. Mas como vimos para o caso de Pebane, em geral, os agregados familiares possuem poucos meses de rendimentos produtivos e produzem pouco nesses meses o que, logo à partida, se reflecte em baixa nas suas finanças.

Acrescentado ao ponto anterior, cerca de 85% das famílias inquiridas gasta quase o total das suas receitas na satisfação de necessidades básicas – bens alimentares e outras não alimentares (saúde, educação, vestuário, etc.) – e não realizam despesas de investimento. Portanto, nestas circunstâncias, é quase inexistente nas famílias a poupança devido aos seus baixos rendimentos. Negrão (2003) refere que em matéria do aumento da taxa de poupança a sustentabilidade do desenvolvimento depende da formação do capital e esta, por sua vez, só é possível quando a poupança é maior que o consumo e é direccionada para o investimento produtivo.

Nas circunstâncias em que o consumo é maior que as receitas captadas com a actividade, o peso do valor da actividade realizada pelo agregado diminui quando se trata de (re)investir. Para além das actividades da agricultura e pescas – e outras com estas relacionadas – o inquérito procurou também obter informações sobre a participação das famílias em outras actividades domésticas, geralmente

²¹. Existe o tempo do percurso para a fonte de água e o tempo de espera para chegar a sua vez de obter a água. As famílias têm dedicado as primeiras horas ou o final do dia para a busca de água. Normalmente, espera-se mais tempo na fonte para obter água do que no percurso de ida e volta para a fonte.

²². Bicicletas e motorizadas são usadas como meios de transporte na comercialização.

relacionadas com a extracção de recursos naturais, que podem complementar o rendimento do agregado familiar.

O corte de lenha (29%) foi a actividade mais mencionada pelas famílias, seguida de corte de capim (18%) e estacas/lacalacas (12%); contudo, não para a comercialização, mas para usar no seio do agregado familiar. Portanto, nestas actividades não encontramos um elemento fundamental capaz de captar receitas e criar capital financeiro na família para alavancar o investimento.

Crédito

Em Pebane não opera nenhuma instituição financeira. Os distritos mais próximos com dependência de bancos são Maganja da Costa, Mocuba e Alto Molocué. Contudo, quase a totalidade dos inquiridos disse não ter contactos com estes bancos devido, entre outras razões, às exigências para a concessão do crédito. De resto, as actividades da família rural, nomeadamente a agricultura, a pesca e outras, são vistas como de alto risco e, conseqüentemente, são poucas as instituições financeiras que concedem crédito. Quando isso acontece tendem a exigir o reembolso do empréstimo num prazo curto e a taxas de juro altas.

Como que a responder a esta questão financeira, o Governo tem lançado várias iniciativas de financiamento para as zonas rurais. Missões de instituições de micro-crédito têm escalado o distrito de Pebane e, através de um esquema de micro-finanças subvencionado pelo Estado, concedem empréstimos. Por exemplo, entre o ano 2010 a 2015 foram desembolsados 361.257,13 Mt para 6 projectos na área de pesca artesanal (quadro 2).

Quadro 2. Crédito concedido à actividade de pesca (2010-2015)

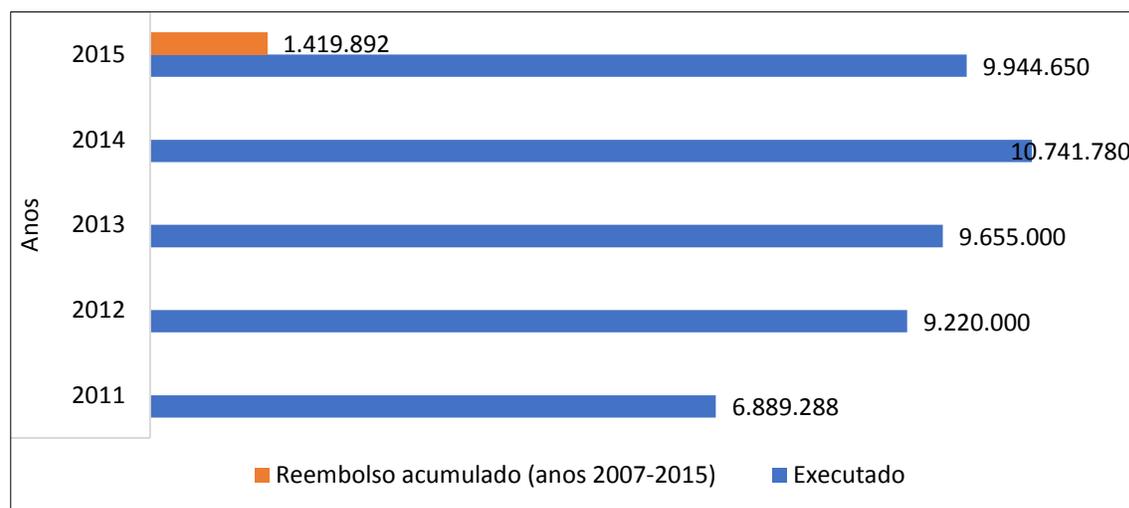
Crédito (em Meticais)						
Objecto do Contrato	Ano de Concessão	Duração do Contrato (meses)	Valor da carteira	Valor real desembolsado	Valor Comparticipado	Valor reembolsado
Pesca	2011	24	191.400,00	165.000,00	0	120.808,00
Pesca	2015	30	38.077,00	32.825,00	0	0
Pesca	2015	30	73.357,13	62.900,00	0	0
Pesca	2015	24	89.082,00	73.357,13	15.725,00	21.885,00
Pesca	2015	30	11.801,00	10.475,00	0	0
Processam.	2015	30	17.813,00	16.700,00	0	5.900,00

Fonte: FFP

Mas a mais mediática das iniciativas de empréstimos ao nível dos distritos é o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD), popularmente conhecido pelos 7 milhões. Entre o ano 2011 a 2015,

o Governo de Pebane desembolsou cerca de 46.450.718,00 Mt (gráfico 10) para projectos apresentados pelas famílias, em forma individual e colectiva. Reporta-se que, durante o período em análise, foram financiados cerca de 943 projectos em diversos sectores, com destaque para agricultura, comércio e pesca (GdP, vários anos)²³.

Gráfico 10. Desembolsos do Fundo de Desenvolvimento Distrital (2011-2015)



Fonte: Governo de Pebane (vários anos)

Segundo os relatórios analisados (GdP, vários anos), a orientação tem sido concentrar os financiamentos em sectores e actividades –incluindo a oferta de produtos e serviços – onde os esforços produzem o máximo de resultados positivos na luta contra a pobreza a nível do distrito. Segundo as conclusões sobre o seu desempenho, o FDD tem contribuído, pouco a pouco, para o desenvolvimento das famílias em Pebane.

Contudo, de acordo com os inquiridos, estas iniciativas nem sempre chegam aos mais necessitados, e concedem crédito principalmente a grupos (que não investem) e não a produtores individuais. Segundo os inquiridos, estes beneficiários são pessoas com influências junto do poder político que se juntam em grupos e, após receberem os apoios, os repartem sem terem investido em alguma actividade produtiva.

Ademais, o gráfico 10 mostra insuficiências no reembolso do dinheiro recebido. Esta taxa de devolução poderia sugerir que existem dificuldades acrescidas encontradas nos produtores. Por via de hipóteses, existem aspectos de produção que não são levados em consideração no processo de concepção do crédito. Eles podem ser: a rotação produtiva, o ciclo produtivo e as dinâmicas do mercado. Outra hipótese pode ser aquilo que tem sido debatido sobre o papel deste fundo na política: aspectos de natureza institucional e partidária que, com todas as suas nuances, levam o indivíduo a não devolver o dinheiro.

Ora, as fontes e os mecanismos para o acesso ao crédito têm gerado uma situação – como causa e consequência – de confiança ou desconfiança que as pessoas vão tendo relativamente às diferentes

²³. Não foi encontrada informação sobre os projectos financiados em 2011.

fontes de financiamento que lhes são apresentadas. E, portanto, procurou-se saber sobre o nível de confiança que as diferentes fontes de crédito potencialmente poderiam ter junto das famílias inquiridas (quadro 3).

Quadro 3. Níveis de confiança dos AF entrevistado sobre as fontes de financiamento

Fontes de crédito	Níveis de Confiança				
	Desconfio totalmente	Desconfio um pouco	Nem confiança, nem desconfiança	Um pouco de confiança	Confiança total
Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD)	15%	15%	56%	11%	3%
Fundos de outros sectores do Estado	15%	22%	49%	11%	3%
Bancos Comerciais	11%	17%	61%	11%	
Microfinanças (IMF)	18%	19%	54%	8%	1%
Grupo de poupança (PCR)	16%	14%	62%	8%	

Fonte: Dados do inquérito

Uma total desconfiança se observa, por exemplo, quando se refere às instituições de microfinanças (18%), grupos de poupança e crédito rotativo (16%) e FFD e fundos de outros sectores do Estado (18%). 22% dos inquiridos desconfiam um pouco dos fundos de outros sectores do Estado, 19% das instituições microfinanceiras, 17% dos Bancos Comerciais e 15% dos inquiridos desconfia um pouco da linha de crédito do FDD.

Desconfia-se das instituições microfinanceiras alegadamente porque as pessoas nunca têm esperança em ter o empréstimo, porque o processo é moroso. A alta percentagem (mais de 50% para quase todas as fontes) verificada no parâmetro "nem confiança, nem desconfiança" para fontes, como o FDD e Fundos de outros sectores do Estado, pode ser resultado de uma situação de letargia das pessoas nas zonas rurais quando se menciona o investimento através do crédito. Portanto, o FDD é amplamente conhecido a nível local, incluindo os apoios, por exemplo, dos sectores da agricultura e das pescas.

Outro ponto levantado aos inquiridos foi sobre as fontes de informação relativamente à existência das diferentes linhas de investimento. Foram citadas outras fontes (32%), mas parentes/amigos (31%) são a maior fonte de informação sobre a existência de crédito. Os serviços de extensão (geralmente os técnicos das instituições e os governantes) aparecem a seguir (16%), assim como as organizações de base comunitária (11%) e a rádio (10%). Isto parece corroborar com os dados sobre a língua mais utilizada e o acesso a informação (gráfico 1). Quando agregados, estes dados mostram como a língua é importante.

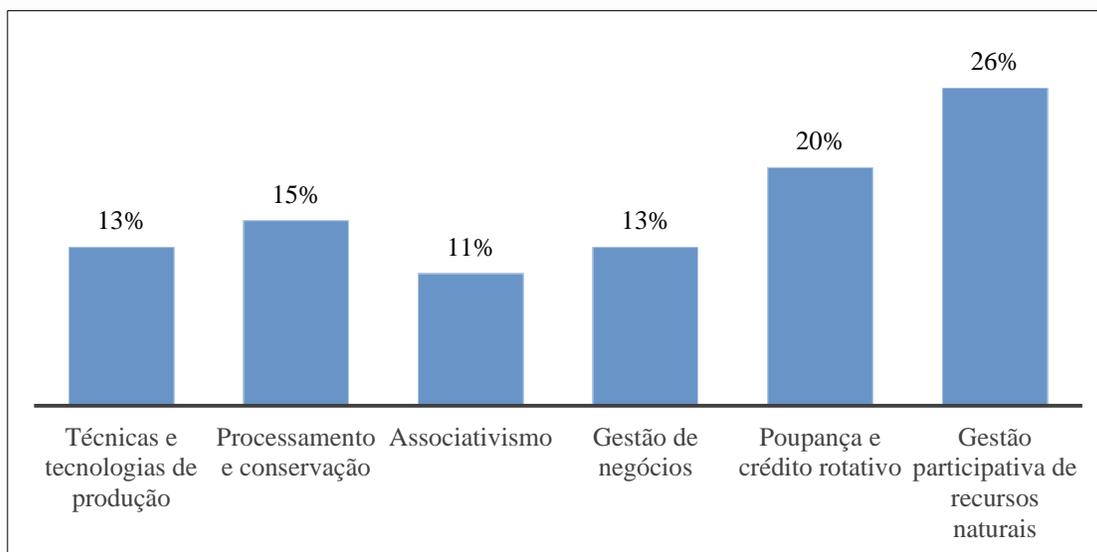
4.5. Serviços de extensão

Os relatórios encontrados em Pebane avançam que têm sido disponibilizados serviços de extensão às famílias de forma a aumentar a sua produção. Menciona-se que, para a campanha 2014/15, foram assistidos 3.210 produtores dos 3.300 planificados, o que corresponde a uma execução de 97% e crescimento de 57% se comparado à campanha anterior (2013/14), em que foram assistidos 2.047 produtores (GdP, 2016).

Por sua vez, 3.300 seriam os produtores assistidos em 2015/16, dos 4.600 planificados, o que corresponde a uma execução de 72% (GdP, 2017). Segundo os dados encontrados nos relatórios, os serviços têm-se concentrado, basicamente, na disseminação de informação sobre financiamentos, associativismo, demonstração de resultados sobre cultivos de rendimento e disseminação de pacotes tecnológicos na agricultura e na pesca, incluindo a massificação da piscicultura.

Ora uma das questões apresentada aos inquiridos foi, precisamente, sobre o acesso aos serviços de extensão e em que áreas e/ou natureza. Somente 8% das famílias inquiridas diz ter tido acesso aos serviços de extensão nos últimos cinco anos, contra 92% que não tiveram. Relativamente aos AF que tiveram acesso aos serviços (gráfico 11), destacaram matérias como a gestão participativa dos recursos naturais (26%), metodologias de poupança e crédito informal (20%), processamento e conservação da produção (15%), seguindo-se as técnicas e tecnologias de produção (13%) e gestão de negócios (13%).

Gráfico 11. Áreas/natureza dos serviços de extensão obtidos pelos AF



Fonte: Dados do inquérito

Das causas encontradas no grupo das pessoas que não tiveram acesso aos serviços de extensão, 47% dos inquiridos disse que a comunidade nunca recebeu os serviços nas áreas/natureza que lhes interessam, 30% diz não ter necessitado, 21% dos inquiridos precisou, mas não foi contemplado pelos serviços que estiveram presentes na sua comunidade de residência, e uma percentagem insignificante

(1%) apresentou outras razões para não ter acesso aos serviços. Parece que o pensamento de Chayanov (1991; 1979) sobre apoios à reprodução da família rural tem sido secundarizado.

Portanto, além das fontes que veiculam o conhecimento sobre a existência das entidades credoras e o respectivo nível de confiança das populações, a insuficiência nos serviços de extensão (introdução e transmissão de técnicas produtivas adequadas, insumos melhorados, etc.) também influenciam o sistema de produção das famílias em Pebane. Por outras palavras, uma presença adequada destes serviços – associados a outros factores (como o crédito) – poderia trazer uma outra dinâmica à produção, melhorar os rendimentos e, dessa forma, aumentar a poupança e investimento das famílias locais.

NOTAS FINAIS

De acordo com os resultados encontrados em Pebane, destaca-se as deficientes infra-estruturas de habitação e socioeconómicas, como rede viária para fazer chegar os factores de produção às famílias e o escoamento da produção, a falta de crédito e insuficiência dos serviços de extensão para garantir a assistência técnica ao produtor, por exemplo, ao nível da oferta e uso de melhorados insumos de produção.

Estes reduzidos apoios económicos concorrem para os baixos níveis de produção e de produtividade e para o baixo rendimento económico da actividade produtiva da família. Com a quase inexistência do comércio formal, ocorre uma significativa intervenção do sistema informal na comercialização dos insumos e outros bens essenciais às famílias.

Embora as políticas sejam desenhadas sob o *slogan* de desenvolvimento rural, a realidade é que os resultados demonstram uma fraca alocação de recursos públicos para o pequeno e médio produtor rural, o que faz com que aquele *slogan* tenha apenas uma conotação política. A baixa produção e produtividade na agricultura e pesca, os rendimentos flutuantes e imprevisíveis nestas actividades, incluindo a parte comercial destas actividades, reflectem-se na persistência de situações de pobreza.

Uma questão essencial nisto tudo passa por uma atenção ao trabalho rural não-agrícola, especificamente no caso da parte orientada para a obtenção de dinheiro (por exemplo, o comércio informal de bens alimentares e não-alimentares), que parece estar a ganhar expressão em algumas zonas; e, portanto, a necessidade de políticas públicas que apostem na respectiva promoção.

Assim defendemos uma reconstrução da visão do desenvolvimento rural, assente na agricultura como base, sim, porém deve ser acompanhada de uma visão pragmática, efectivamente integrada, de políticas – de outros sectores – que levará a uma valorização daquilo que um dado território tem de potencial e revalorização da própria agricultura através do aproveitamento das sinergias com os outros sectores.

REFERÊNCIAS

CASTEL-BRANCO, Carlos N. 1995. “Opções económicas de Moçambique, 1975-95: problemas, lições e ideias alternativas”. Em MAZULA, Brazão (ed.). *Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento*. Maputo, pp. 581-636.

CHAYANOV, Alexander. 1991. *The Theory of peasant cooperatives*. Ohio State University Press Columbus.

CHAYANOV, Alexander. 1979. “La organización de la unidad económica campesina: Introducción”. Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo. *Economía Campesina*. 107-135 pp.

ENGELHARD, Philippe. 2003. *África, ¿espejo del Mundo? Alegado por una nueva economía*. Madrid, Akal.

FERRINHO, Homero. 1964. *Considerações sobre métodos de desenvolvimento das comunidades rurais*. Sociedade de Estudos de Moçambique.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. 2011. *Plano de acção para a redução da pobreza 2011-2014 (PARP)*. Maputo, GovM.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. 2006. *Plano de acção para a redução da pobreza absoluta 2006-2009 (PARPA II)*. Maputo, GovM.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. 2005. *Programa quinquenal do governo para 2005-2009*. Maputo, GovM.

GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. 2002. PARPA: Plano de acção para a redução da pobreza absoluta, 2001-2005. Em Gabinete de Estudos-MPF.2002. *A economia moçambicana contemporânea; ensaios*. Maputo, pp.679-736.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. 2001. *Plano de acção para a redução da pobreza absoluta, 2001-2005 (PARPA)*. Maputo, GovM.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. 2000. *Programa quinquenal do governo para 2000-2004*. Maputo, GovM.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. 1998. *As linhas gerais para o desenvolvimento rural e mecanismos de coordenação inter-sectorial em Mozambique*. Maputo, B R Iª Serie nº7, resolução nº3/98, de 24 de Fevereiro.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. 1995. *Programa quinquenal do governo para 1995-1999*. Maputo, GovM.

GOVERNO DO DISTRITO DE PEBANE. 2017. *Balanço da Execução do Plano Económico e Social*. Pebane, GdP.

GOVERNO DO DISTRITO DE PEBANE. 2016. *Balanço da Execução do Plano Económico e Social*. Pebane, GdP.

GOVERNO DO DISTRITO DE PEBANE. 2015. *Balanço da Execução do Plano Económico e Social*. Pebane, 2013; 2014; 2015; 2016; 2017.

GOVERNO DO DISTRITO DE PEBANE. 2014. *Balanço da Execução do Plano Económico e Social*. Pebane, GdP.

GOVERNO DO DISTRITO DE PEBANE. 2013. *Balanço da Execução do Plano Económico e Social*. Pebane, GdP.

GOVERNO DO DISTRITO DE PEBANE. 2012. *Balanço da Execução do Plano Económico e Social*. Pebane, GdP.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. 2012. Estatísticas Distritais (Estatísticas do distrito de Pebane). Maputo, INE.

MINISTÉRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS. 2016. *Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta Avaliação*. Maputo, MEF-Direcção de Estudos Económicos e Financeiros. Maputo, MEF.

MINISTÉRIO DE PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. 2007. *Estratégia de Desenvolvimento Rural*. Maputo, MPD.

MINISTÉRIO DO PLANO E FINANÇAS *et al.* 2004. *Pobreza e bem-estar em Moçambique: segunda avaliação*. Maputo, MPF.

MOSCA, João. 2005. *Economia de Moçambique. Século XX*. Lisboa, Instituto Piaget.

MOSCA, João. 1999. *A Experiência «Socialista» de Moçambique*. Lisboa, Instituto Piaget.

MUSEMWA, L. *et al.* 2007. *Analysis of marketing channels used by small scale livestock. Farmers in the Easter Cape Province, South Africa*. Livestock Research for Rural Development, 19, 131.

NEGRÃO, José. 2006. *Cem anos de economia da família rural africana. O delta do Zambeze em análises retrospectiva*. Maputo, Textos Editores.

NEGRÃO, José. 2003. "Como induzir o desenvolvimento em África? O Caso de Moçambique". In *O Economista* n° 3. pp. 39-75.

NEGRÃO, José. s/d. *A indispensável terra para o desenvolvimento africano*.

SERRA, A.M. Almeida. 1993a. *Moçambique: da independência à actualidade. Evolução económica e social, 1975-90*. Lisboa, CEsa.

Nº	Título	Autor(es)	Ano
56	A Economia política do corredor de Nacala: Consolidação do padrão de economia extrovertida em Moçambique	Thomas Selemane	Setembro de 2017
55	Segurança Alimentar Auto-suficiência alimentar: Mito ou verdade?	Máriam Abbas	Agosto de 2017
54	A inflação e a produção agrícola em Moçambique	Soraya Fenita e Máriam Abbas	Julho de 2017
53	Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique	Natacha Bruna	Junho de 2017
52	Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais	Yara Pedro Nova	Junho de 2017
51	Estratégia de produção camponesa em Moçambique: estudo de caso no sul do Save - Chókwe, Guijá e KaMavota	Yasser Arafat Dadá	Maior de 2017
50	Género e relações de poder na região sul de Moçambique – uma análise sobre a localidade de Mucotuene na província de Gaza	Aleia Rachide Agy	Abril de 2017
49	Criando capacidades para o desenvolvimento: o género no acesso aos recursos produtivos no meio rural em Moçambique	Nelson Capaina	Março de 2017
48	Perfil socio-económico dos pequenos agricultores do sul de Moçambique: realidades de Chókwe, Guijá e KaMavota	Momade Ibraimo	Março de 2017
47	Agricultura, diversificação e Transformação estrutural da economia	João Mosca	Fevereiro de 2017
46	Processos e debates relacionados com DUATs. Estudos de caso em Nampula e Zambézia.	Uacitissa Mandamule	Novembro de 2016
45	Tete e Cateme: entre a implosão do el dorado e a contínua degradação das condições de vida dos reassentados	Thomas Selemane	Outubro de 2016
44	Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete	João Feijó	Setembro de 2016
43	Motivações migratórias rural-urbanas e perspectivas de regresso ao campo – uma análise do desenvolvimento rural em moçambique a partir de Maputo	João Feijó e Aleia Rachide Agy Momade Ibraimo	Agosto de 2016
42	Políticas públicas e desigualdades sociais e territoriais em moçambique	João Mosca e Máriam Abbas	Julho de 2016

Nº	Título	Autor(es)	Ano
41	Metodologia de estudo dos impactos dos megaprojectos	João Mosca e Natacha Bruna	Junho de 2016
40	Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique	Mota Lopes	Mai de 2016
39	Zambézia: Rica e Empobrecida	João Mosca e Yara Nova	Abril de 2016
38	Exploração artesanal de ouro em Manica	António Júnior, Momade Ibraimo e João Mosca	Março de 2016
37	Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2016
36	Políticas públicas e agricultura	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2016
35	Pardais da china, jatropa e tractores de Moçambique: remédios que não prestam para o desenvolvimento rural	Luis Artur	Dezembro de 2015
34	A política monetária e a agricultura em Moçambique	Máriam Abbas	Novembro de 2015
33	A influência do estado de saúde da população na produção agrícola em Moçambique	Luís Artur e Arsénio Jorge	Outubro de 2015
32	Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Setembro de 2015
31	Prosavana: discursos, práticas e realidades	João Mosca e Natacha Bruna	Agosto de 2015
30	Do modo de vida camponês à pluriactividade impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural	João Feijó e Aleia Rachide Agy	Julho de 2015
29	Educação e produção agrícola em Moçambique: o caso do milho	Natacha Bruna	Junho de 2015
28	Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique convergências e conflitos na relação com a terra	Eduardo Chiziane	Mai de 2015
27	Relações Transfronteiriças de Moçambique	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e Momade Ibraimo	Abril de 2015
26	Macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique	Máriam Abbas	Abril de 2015

Nº	Título	Autor(es)	Ano
25	Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Memba	Nelson Capaina	Março de 2015
24	Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas	João Mosca	Fevereiro de 2015
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira, Yasser Arafat Dadá e Margarida Martin	Dezembro de 2014
22	Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra	Eduardo Chiziane	Novembro 2014
21	Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Outubro de 2014
20	Influência das taxas de câmbio na agricultura	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén Pereira	Setembro de 2014
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014
18	O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula	Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goia	Julho de 2014
17	Competitividade do subsector do caju em Moçambique	Máriam Abbas	Junho de 2014
16	Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala	António Manuel Júnior	Mai de 2014
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrário e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa	Luís Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnio	Abril de 2014
14	Investimento no sector agrário	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Março de 2014
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014
12	Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Finger mann	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2013
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
10	Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry exploitation	Emelie Blomgren & Jessica Lindkvist	Outubro de 2013

Nº	Título	Autor(es)	Ano
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
8	Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages	Peter E. Coughlin Nícia Givá	Julho de 2013
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaiantilal	Junho de 2013
6	Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique	Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes	Mai de 2013
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
4	Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário.	João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá	Março de 2013
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
2	Balança Comercial Agrícola. Para uma estratégia de substituição de importações?	João Mosca e Natacha Bruna	Novembro de 2012
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012

Como publicar

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o e-mail do OMR (office@omrmz.org) que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Não existe por parte do Observatório do Meio Rural qualquer responsabilidade em publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por e-mail, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

Regras de publicação:

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisor(es).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos para revisão sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode ter mais que 40 páginas em letra 11, espaço simples entre linhas, e 3 cm em todas as margens da página (cima, baixo lado e esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.



O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Rua Faustino Vanombe, 81, 1º andar, Bairro da Sommerschild.
Maputo, Moçambique.

www.omrmz.org